

# Reitoria propõe exoneração de servidores vinculada a teto para folha salarial!

Divulgada no blog da representação dos doutores pelo professor José Renato Araújo (<http://bit.ly/2lM9G45>), a pauta da próxima reunião do Conselho Universitário (Co) da USP, a realizar-se em 7/3/17, inclui proposta da Reitoria de contingenciamento de recursos que, se aprovada, limitará os investimentos das próximas gestões, obrigando-as a seguir a mesma política de arrocho salarial da atual gestão reitoral.

Denominada “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP” (<http://bit.ly/2l4RTSb>), a proposta da Reitoria complementaria o artigo 22 do Estatuto da USP, estabelecendo que, além do orçamento anual, as gestões reitorais deverão elaborar normas orçamentárias anuais e quadrienais.

O ponto mais grave é que, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), essa proposta impõe limites aos gastos totais com pessoal — e **autoriza a Reitoria a, sempre que esse limite vier a ser ultrapassado, exonerar inclusive servidores concursados**, sejam eles docentes ou funcionários técnico-administrativos.

As normas orçamentárias propostas deverão seguir os parâmetros que dão título ao documento, definidos no Capítulo II, que estabelece como limite máximo de gastos totais com pessoal “85% das receitas relativas às liberações mensais de recursos do Tesouro do Estado de São Paulo”.

Além disso, o texto estabelece que, a partir do percentual de 85%, ações de redução de gastos serão necessárias, como indicado no artigo 169 da Constituição Federal que prevê inclusive a exoneração de funcionários estáveis, como indica o parágrafo § 4º: “Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.”

**Redução do quadro.** A proposta da Reitoria prevê ainda que no mínimo 40% do número de servidores ativos sejam docentes; depois do segundo PIDV esse percentual é de aproximadamente 30% (6 mil docentes para 14 mil técnico-administrativos, aproximadamente). Se o número de docentes for mantido, isso implicará a exoneração de quase 5 mil técnico-administrativos nos próximos anos (além dos cerca de 3 mil já demitidos via PIDVs). A regra passaria a valer a partir de 2022, mas as regras transitórias buscam garantir que em pouco tempo esses percentuais sejam atingidos.

As intenções da gestão M.A. Zago-V. Agopyan são claras: **exoneração de expressiva parcela do corpo de servidores técnico-administrativos a curto prazo**, bem como, para os docentes, **possível exoneração para adequação orçamentária, arrocho salarial** e outras formas de deterioração das condições de trabalho.

A Reitoria acelera a transformação da USP, submetendo essa excepcional instituição pública de interesse social a uma lógica financeira de momento, deformando-a ao sabor dos interesses do mercado. Não é casual que as decisões do reitor estejam sendo orientadas por uma “organização social” ligada a conhecidas estruturas partidárias, a Comunitas, e a uma poderosa empresa transnacional de origem norte-americana, a McKinsey&Company.

**Já dissemos: para atingir as metas que propõe, a Reitoria quer que o Co vote pela aplicabilidade do artigo 169 da Constituição Federal, que nos seus incisos 4º a 7º prevê a exoneração de pessoal estável e concursado, e a extinção do respectivo cargo, o que compromete a possibilidade de expansão futura, mesmo que o financiamento aumente, pois os cargos não mais existirão para serem preenchidos.**

**Atenção, colega: você pode sim perder o emprego!** Nenhum docente deve alimentar a ilusão de que sua dedicação e a qualidade de seu trabalho de ensino e pesquisa poderão resguardá-lo da possibilidade de ser um dos exonerados. Não adianta pensar, mais uma vez, “não me afeta”. Caso este novo e ainda mais draconiano projeto da Reitoria seja aprovado, ninguém estará a salvo de uma eventual exoneração.

Nenhuma chefia ou direção, mesmo bem intencionada, poderá proteger a quem quer que seja num contexto em que a premissa não é mais de uma instituição pública de relevância social, mas de uma “organização” que se articula e se submete cada vez mais aos interesses empresariais privados. **Ou enfrentamos decididamente esse ataque com uma recusa contundente, ou rifamos para os mercados da educação escondidos**

continua na p.2

## O fim da USP

M.A. Zago e V. Agopyan elegeram-se reitor e vice-reitor, em 2013, em campanha na qual acenaram freneticamente a bandeira do “diálogo”. Mal tomaram posse e logo se viu que tal promessa não passou de ilusionismo, uma vez que a palavra “diálogo” definitivamente não consta do vocabulário dos ocupantes da Reitoria. Bem ao contrário: desde cedo, ao exercer seus poderes, a nova administração procede despoticamente, revelando-se avessa ao princípio da *gestão democrática do ensino*, consagrado na Constituição Federal e na LDB.

Além de autoritária, a atual gestão assumiu como tarefa transformar a universidade pública, socialmente referenciada, fomentadora do pensamento crítico, em uma “universidade empreendedora”, submetida aos interesses privados, “enxuta” e suficientemente “flexível” para

contratar e demitir quando necessário, além de eliminar “parasitas” como o HU e as creches.

Esse projeto político transpareceu nas tristemente famosas entrevistas concedidas pelo reitor à revista *Veja* e ao jornal *Estado*, já em 2014, por meio das quais atacou os “acomodados” docentes da USP e o regime de dedicação integral (RDIDP), expressando ainda seu desejo de ter as mãos livres para demitir e contratar à vontade. Na ocasião, também, anunciou sua disposição de interromper a “dinâmica sindical” existente na universidade.

E como um projeto tão desvastador poderia ser implementado? Às custas dos salários e condições de trabalho de quem constrói cotidianamente a USP: reajuste zero na data-base de 2014; desvinculação irregular do HRAC; sucateamento criminoso do Hospital Universitário; fechamento

das creches; criação e fiasco da Caeco e do processo de reformas democráticas do Estatuto; escândalo na FUSP; conivência com a “indústria” de cursos pagos e projetos privados na universidade; aprovação, por meio de manobra regimental, de uma nova carreira docente que descontentou amplos setores da USP após um processo de discussão nada democrático; PIDV 1 e 2, demissão de 3 mil funcionários; perseguição ao Sintusp; negociações clandestinas com McKinsey&Company e Comunitas.

E agora, a menos de um ano do final do mandato, a Reitoria propõe, sem nenhuma discussão prévia, uma pauta-bomba para o Co, tendo em vista equilibrar as contas da USP às custas de funcionários e docentes, que terão seus salários congelados e poderão ser exonerados de seus cargos. Será o fim da USP?

## continuação da matéria de capa

**sob alguma fachada filantrópica a nossa sobrevivência e a da universidade que construímos.**

A crise é de financiamento. A USP cresceu muito nos últimos anos, tanto em número de cursos, quanto em número de estudantes. Somente em relação ao número de matrículas na graduação, entre 1995 e 2015 o aumento foi de 75,6%! A alíquota de repasse do Estado, porém, permaneceu a mesma: 9,57% da Quota-Parte Estadual (QPE-ICMS) — dos quais 5,0295% cabem à USP. Mas nem esse mínimo tem sido respeitado pelo governo: ao manipular a base de cálculo do repasse, reduzindo-a, o Tesouro Estadual acaba por descontar, indevidamente, elevadas quantias.

Enquanto a economia cresce e, com ela, a arrecadação de ICMS, a alíquota não pareceu problemática para sucessivas gestões da Reitoria. Agora que a arrecadação diminuiu e o valor dos repasses caiu, já passou da hora de a gestão M.A. Zago-V. Agopyan pressionar, de modo articulado com o Cruesp, por aumento da alíquota e repasse dos valores corretos. Mas essa Reitoria tem preferido enfraquecer o Cruesp e destruir a força de trabalho da universidade a incomodar o Palácio dos Bandeirantes.

Mais uma vez constatamos que uma proposta desse tipo, que se vier a ser aprovada terá enorme impacto sobre a vida e o futuro da USP, é colocada em pauta para votação em questão de dias, sem a devida antecedência e sem permitir sua prévia discussão nas unidades.

Dado que a Reitoria, de forma inconsequente e antidemocrática, já inseriu essa proposta na pauta da próxima reunião do CO, é preciso barrar esse projeto impedindo que ele seja votado. **Para tanto, é necessário que todo e qualquer docente assuma a responsabilidade de organizar reuniões de esclarecimento e debate, bem como de solicitar às congregações que se reúnam extraordinariamente, tendo em vista orientar com clareza os votos dos representantes desses colegiados e dos diretores. No mesmo sentido, cabe a cada um solicitar que seu representante de categoria no CO recuse essa proposta.**

Já está agendada para 6/3 uma Assembleia Geral da Adusp, na qual poderemos discutir juntos o calendário de mobilização contra essa absurda iniciativa. A direção da Adusp ficará à disposição para participar de qualquer reunião de docentes em unidades para todo e qualquer esclarecimento necessário.

## Avaliação do Jurídico

*A seguir, a avaliação do Departamento Jurídico da Adusp no tocante ao artigo 169 da CF, conforme referido no Capítulo II da proposta da Reitoria intitulada “Parâmetros de sustentabilidade econômico-financeira da USP”:*

Ao final do Cap. II – Limite de despesas totais com pessoal, está previsto como “limite prudencial” de despesas totais com pessoal o percentual de 80% dos repasses do Tesouro do Estado e que, quando esse comprometimento estiver nesse patamar, a USP fica obrigada a tomar medidas de contenção de despesas com a folha como: não conceder vantagens, aumentos, ou reajustes; não criar cargos, empregos ou funções, não promover alterações na carreira que impliquem aumento nas despesas, não dar provimento a cargos públicos ou admissões de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de docentes; e, por fim, não autorizar horas extras.

Prevê ainda que, sem prejuízo dessas medidas, se o patamar com gastos com a folha atingir 85% (situação atual, na qual se superam os 100%), se elimine o percentual excedente, **nos dois semestres seguintes**, adotando-se as providências previstas nos parágrafos (§) 3º e 4º do artigo 169 da Constituição Federal (CF) (<http://bit.ly/2mtHH68>).

Esse artigo da CF autoriza, entre outras medidas, a exoneração de servidores públicos não estáveis e, também, estáveis para que as despesas com pessoal sejam enquadradas nos limites previstos. Nessas bases, a exoneração de servidores estáveis tem como primeira condição que se tenha promovido a diminuição em pelo menos vinte por cento da despesa com cargos em comissão e funções de confiança (inciso I do § 3º artigo 169) e a exoneração dos servidores não estáveis (inciso II do § 3º artigo 169). Caso essas medidas não tenham sido suficientes para ajustar a despesa com pessoal ativo e inativo aos limites previstos, os parágrafos 4º ao 7º do artigo 169 autorizam e disciplinam demissões de servidores estáveis, nos limites da Lei Complementar 101/2000 (LRF).

O § 4º do artigo 169 estipula, especificamente, como condição para a exoneração de servidores estáveis a necessidade da edição, pelo respectivo Poder competente, no caso a própria USP, de prévio ato normativo motivado que especifique a dispensa.

Nesse caso, é nosso entendimento que os balizamentos a serem seguidos pela USP na edição de um ato normativo que trate de dispensas são os definidos pela Lei Federal 9.801/99 (<http://bit.ly/2kNl9AA>), de modo que esse ato não adote critérios eminentemente subjetivos, arbitrários, e termine por violar importantes princípios constitucionais, como a isonomia e a impessoalidade. Há de ser impessoal, genérico, com critérios gerais e abstratos para a definição de prioridades na escolha dos servidores que serão exonerados.

Visando a necessidade de se restringir a discricionariedade administrativa na escolha dos servidores estáveis exoneráveis, com base no artigo 169 da CF/88, a Lei 9.801/99 estabeleceu os balizamentos definidores que deve conter o ato normativo e os critérios para seleção dos servidores a serem exonerados, conforme segue:

Art. 2º -

§ 1º O ato normativo deverá especificar:

- I - a economia de recursos e o número correspondente de servidores a serem exonerados;
- II - a atividade funcional e o órgão ou a unidade administrativa objeto de redução de pessoal;
- III - o critério geral impessoal escolhido para a identificação dos servidores estáveis a serem desligados dos respectivos cargos;
- IV - os critérios e as garantias especiais escolhidos para identificação dos servidores estáveis que, em decorrência das atribuições do cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado;
- V - o prazo de pagamento da indenização devida pela perda do cargo;
- VI - os créditos orçamentários para o pagamento das indenizações.

§ 2º O critério geral para identificação impessoal a que se refere o inciso III do § 1º será escolhido entre:

- I - menor tempo de serviço público;
- II - maior remuneração;
- III - menor idade.

§ 3º O critério geral eleito poderá ser combinado com o critério complementar do menor número de dependentes para fins de formação de uma listagem de classificação.

### Merecem destaque ainda os seguintes pontos da proposta da Reitoria:

1. O Cap. VII estipula que o descumprimento das normas propostas ensejará “responsabilidade dos gestores universitários, nos termos do regime disciplinar geral da USP”;

2. embora esteja previsto no Cap. VIII das Disposições Transitórias, que as regras previstas no Cap. II, dos limites de despesas com pessoal, passarão a vigorar para o exercício orçamentário de 2022, ali também se afirma que “enquanto não forem atingidos os parâmetros previstos no Capítulo II, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais deverão conter medidas que indiquem a redução de despesas totais com pessoal, visando ao menos a 5 pontos percentuais, em relação ao percentual acumulado nos 12 meses seguintes”. **Ou seja, não há garantia de que não se esteja cogitando de se lançar mão de exonerações já a partir de agora caso a proposta seja aprovada;**

3. A previsão, no Cap. VIII, de que “Qualquer alteração da presente norma, anteriormente a 2022, dependerá de aprovação por 2/3 de votos dos membros do Conselho Universitário”, é incompatível com o Estatuto, que não exige quórum especial para deliberações sobre matéria orçamentária e sobre parâmetros de sustentabilidade. Portanto, para ser aprovada, dependerá de emenda ao Estatuto; a qual exigiria, por sua vez, 2/3 dos votos ([vide http://bit.ly/2l8dwQT](http://bit.ly/2l8dwQT)).

# “Esclarecimentos” que nada esclarecem e parecer contrário da CLR

Quando fechávamos esta edição (na tarde de 23/2), a Reitoria enviou para toda a comunidade da USP mensagem eletrônica relativa à sua proposta e com a qual procura rebater algumas das principais críticas levantadas na análise da Adusp, publicada em 21/3 (<http://bit.ly/2msS9d0>) e reproduzida nesta edição. No entanto, a Adusp não é sequer citada.

Na mensagem, intitulada “Esclarecimentos sobre os Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da Universidade - Dez perguntas e respostas sobre os Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da Universidade”, a Reitoria nega que a proposta implique demissão de servidores; anuncia que a referência ao parágrafo 4º do artigo 169 da Constituição Federal, que autoriza exonerações e extinção de cargos sempre que for ultrapassado o teto de gastos com salários, será suprimida a pedido da Comissão de Legislação e Recursos (CLR); nega prejuízos à progressão horizontal na carreira e à concessão de reajustes salariais.

Em análise enviada ao Fórum de Docentes da FFLCH, o professor Luís César Oliva apontou diversas contradições nos supostos “Esclarecimentos”. Nos itens 3 e 5, a Reitoria afirma que “Os parâmetros propostos não prevêm a demissão de servidores” e que “nenhuma demissão será feita” para que a proporção ideal de professores (40% do número total

de servidores) seja alcançada. Oliva refuta tais alegações.

“É difícil aceitar que não haja previsão de demissões. No Capítulo II do documento, é dito explicitamente que se as despesas com pessoal ultrapassarem 85% do orçamento o excesso terá de ser suprimido em dois quadrimestres, sendo pelo menos um terço do excesso suprimido no primeiro quadrimestre. Não há como fazer isso sem demissões, ainda que por PDVs. Por outro lado, as respostas também dizem que isso só ocorrerá a partir de 2022, quando o equilíbrio dos gastos com pessoal já tiver sido alcançado, incluindo a relação 60/40% de funcionários/professores. Infelizmente o documento não garante isso, pois as Disposições Transitórias (portanto a partir da aprovação) dizem que, enquanto não forem alcançados os parâmetros propostos no Capítulo II, as despesas com pessoal deverão ser reduzidas em pelo menos 5% em relação ao ano anterior. Se este percentual não for atingido com a não reposição de aposentadorias, terá sim de haver demissões, voluntárias ou não”.

Oliva considera “alvissareira” a supressão da referência ao parágrafo 4º do artigo 169, “pois seria incorporar ao Estatuto uma ameaça à estabilidade dos professores concursados”. No entanto, adverte, “é bom notar que o comentário inicial da resposta destaca que esta regra (explicitada ou não em nosso

Estatuto) continua válida para o Estado em geral, ou seja, a USP poderia aplicá-la e não o faz porque não julgou necessário”, e “o documento da Reitoria é tão draconiano que os futuros reitores podem se ver obrigados a ir além dos PDVs, mesmo contra a vontade”.

Na resposta à pergunta 7, diz a Reitoria que o documento “não impede reajustes salariais e não prevê a retirada de benefícios [...] expressamente prevê regras sobre os reajustes, que seguem o princípio de que, para haver reajustes – como de resto, para qualquer despesa –, é preciso que existam recursos financeiros correspondentes”. Sobre tais alegações, Oliva é taxativo.

“A primeira resposta, sobre o impedimento a reajustes salariais, abre-se com um **Não**, mas a explicação já se revela um **Sim**. Aliás o Capítulo II do documento não poderia ser mais claro: a partir de 2022, se o gasto com pessoal (incluindo docentes aposentados) ultrapassar o limite prudencial de 80%, a ‘USP não poderá proceder a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título’. Em suma, não haverá reajuste nem negociações salariais nesses anos”.

Prossegue o docente: “Diga-se de passagem, o último parágrafo da resposta 8 diz exatamente isso (‘vedação de reajustes’), com a ressalva de que isso só se dará se voltar a ocorrer outro grave desequilíbrio financeiro. Ora, [...] mes-

mo que as contas da Universidade estejam em situação confortável, digamos com um gasto de pessoal em torno de 81%, o reitor não poderá conceder reajustes. Esse é o grau das amarras propostas”.

Dado o teor explosivo de tais medidas, a tramitação interna dos “Parâmetros” revela a irresponsabilidade com que a Reitoria age. Segundo se depreende da leitura de carta enviada em 22/2/17 (<http://bit.ly/2mt0Qov>), o presidente da CLR, José Rogério Cruz e Tucci, só ficou sabendo da matéria por meio da convocatória da reunião do Co, e precisou requerer ao secretário-geral da Reitoria que o processo lhe fosse encaminhado! Daí, parece, a necessidade do envio de uma “pauta complementar”.

No seu parecer, emitido *ad referendum* da comissão, o presidente da CLR avisa que a USP não pode legislar sobre exoneração de servidores: “[...] embora os servidores estáveis da USP, como qualquer outro servidor estável do Estado de São Paulo, sejam suscetíveis à exoneração se o Estado, globalmente, não conseguir manter a observância ao limite de despesas com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, entendo [...] que os servidores estáveis da USP não podem ser exonerados para o fim de se cumprir outro(s) limite(s) de despesa com pessoal, estabelecido(s) por meio de regra infraconstitucional (como, no caso, uma Resolução)”.

## Chega-se a acordo sobre sede do Sintusp. Creche Oeste, não

No dia 22/2, a Reitoria da USP e o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp) entraram em acordo quanto à nova sede do sindicato. A gestão M.A. Zago-V. Agopyan vinha tentando desalojar o Sintusp da sede atual, ocupada há décadas pela entidade, sem sequer oferecer-lhe um local alternativo na Cidade Universitária. A solução negociada somente foi possível sob os auspícios do Ministério Público do Trabalho (MPT) e graças à solidariedade que o Sintusp recebeu, demonstrada em dois grandes atos públicos realizados em 15/12/16 e 19/1/17.

Na véspera, a Assembleia Geral do Sintusp considerou insuficiente o local oferecido pela Reitoria, em 26/1, como alternativa à sede atual. Isso porque as salas dispo-

níveis na Prefeitura da Cidade Universitária e inicialmente oferecidas ao Sintusp possuem, somadas, apenas 245m<sup>2</sup>, área bem inferior aos 490m<sup>2</sup> da sede atual da entidade, situada ao lado do prédio central da Escola de Comunicações e Artes (ECA).

Assim, a Assembleia de 21/2 aprovou uma proposta de ampliação do espaço oferecido e de realização de reformas e adaptações necessárias, proposta que no dia seguinte foi levada pela direção do Sintusp para nova reunião de negociação com a Reitoria e o MPT.

Na reunião de 22/2, a Reitoria assumiu o compromisso de aumentar em 80m<sup>2</sup> o espaço oferecido ao Sintusp, bem como realizar as reformas de adequação do novo

local. O sindicato, então, aceitou a contraproposta e concordou em deixar a sede atual até 10/4. A nova sede deverá ser entregue com todas as adequações até 3/4.

**Creche Oeste.** A Creche/Pré-Escola Oeste, localizada ao lado da Prefeitura, também sofre ameaça de despejo. À revelia dos pais e dos funcionários, a Reitoria decidiu fechar e desativar a Creche/Pré-Escola Oeste. Em 16/1, comunicado da Superintendência de Assistência Social (SAS) anunciou a transferência dos equipamentos, materiais e mobiliários da unidade para a Creche/Pré-Escola Central ([goo.gl/CbwEga](http://goo.gl/CbwEga)). A justificativa era de “otimizar os espaços das Creches e Pré-Escolas do *campus* Butantã”.

No dia seguinte ao comunicado, pais de alunos, funcionários e professores ocuparam a Creche Oeste, mobilizando-se contra o fechamento da unidade. Depois de duas tentativas frustradas de reunião entre a comissão de negociação e o superintendente da SAS, professor Waldyr Jorge, a “Ocupação Creche Oeste Aberta” se mantém ativa.

A transferência das crianças para a Creche Central já ocorreu, mas filhos de funcionárias e estudantes que não conseguiram vaga em uma das creches da USP estão sendo atendidos na Creche Oeste pela Ocupação. Um jantar de solidariedade foi realizado em 15/2 com uma grande participação que incluiu docentes e diretores da Adusp.

# “Capitalismo de desastre” à brasileira

Dentro do Brasil, mas também na América Latina e em outras regiões do mundo, o campo democrático e progressista somou derrotas em 2016. A par de não haver contribuído para a superação da crise econômica, muito menos para frear a corrupção ou moralizar o Estado, o *impeachment* de Dilma Rousseff levou ao governo federal um bloco político ultraliberal, nucleado na composição PMDB-PSDB e cujo programa é o documento “Ponte para o Futuro”, que propõe o desmantelamento da Constituição Federal (CF) de 1988 e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Apesar de sua instabilidade, o governo Temer implantou ou formatou, em ritmo veloz, medidas como a “PEC do Fim do Mundo”, que desvincula as verbas da Saúde e Educação, e as contrarreformas do Ensino Médio (vide p. 7) e da Previdência Social (PEC 287), esta última particularmente cruel por suas implicações dramáticas para os estratos mais vulneráveis da população. Estados inadimplentes são deixados à beira do colapso. As privatizações foram retomadas. A resposta aos protestos de populares e servidores é um endurecimento ainda maior da repressão policial e toda sorte de ações de criminalização dos grupos de esquerda e dos movimentos sociais.

Disposto a oferecer subsídios para uma avaliação desse cenário político cada vez mais regressivo e turbulento, o *Informativo Adusp* buscou a opinião de alguns colegas: os professores Laymert Garcia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH), Leda Paulani, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA), Nildo Ouriques, do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Denise Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“O bloco golpista hoje no poder (PMDB + PSDB + STF + MPF + Lava Jato + Mídia + Mercado Financeiro) tem como projeto político o que Naomi Klein chama de capitalismo de desastre, cujos dois pilares são o desmantelamento das instituições democráticas e a destruição da soberania”, diz Laymert Garcia. “O *modus operandi* desse projeto político é a caça ao homem. O homem é Lula, é o tra-

balhador, mas é também o popular e o brasileiro”.

O professor da Unicamp atribui ao oligopólio midiático liderado pelas Organizações Globo um papel determinante na presente conjuntura: “A narrativa dos golpistas só se mantém de pé porque conta com a cumplicidade e a colaboração permanente da mídia cartelizada e das ‘autoridades constituídas’ dos Três Poderes. Ela é miserável, eivada de contradições, fraudes, incongruências, incompetências e má-fé. Mas isso não tem importância alguma porque ela é imposta a uma população desentendida — porque acostumada à desinformação permanente — e abismada com a sua própria degradação. Aliás, a baixíssima qualidade dessa narrativa nem precisa ‘colar’ — basta a aquiescência do mercado e do 1% da elite, mais interessados nos juros altos e nas reformas aniquiladoras de direitos”.

Leda Paulani lembra que a ênfase dos governos do PT nos programas e políticas sociais ensejou uma disputa pelo fundo público que se acirrou com a crise econômica, além de “revolver as placas tectônicas da cultura senhorial brasileira, gerando enorme mal-estar entre as elites”. A professora da FEA pondera, no entanto, que o golpe foi temperado com ingredientes prosaicos: “O objetivo foi afastar do poder o quarto governo petista que o país teria. Portanto, obviamente, trata-se, do ponto de vista político *strictu sensu*, de um projeto conservador e de direita. Mas não apenas. Depois da revelação das conversas de Romero Jucá com Sergio Machado não resta dúvida de que salvar a própria pele era um objetivo, se não o maior, tão importante quanto o objetivo propriamente político por parte dos golpistas”.

**Nonsense.** A recente aprovação, pelo Senado Federal, do nome indicado por Temer para ocupar cargo de ministro no Supremo Tribunal Federal (STF) só reforça o sentimento de Leda de que para os golpistas o que menos importa é o que acontecerá ao país, à população e às instituições: “Em determinados momentos desta nossa funesta conjuntura, como esse, com a nomeação de um sujeito com o histórico de Alexandre de Moraes para o STF, parece até um *nonsense* falar de ‘projeto político’ dos golpistas. Es-

Wilson Dias/Agência Brasil



Laymert Garcia dos Santos

Daniel Garcia



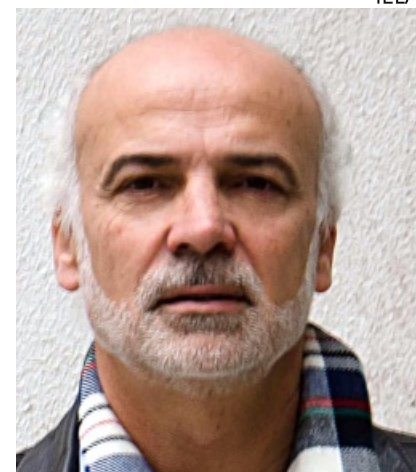
Leda Paulani

Antoninho Perri/Portal Unicamp



Denise Lobato Gentil

IELA



Nildo Ouriques

tancar a sangria provocada pelas operações de um juiz de Curitiba parece ser o alvo maior”.

Nildo Ouriques, por sua vez, classifica o golpismo como *ofensiva burguesa*. “A democracia é isso mesmo: golpes e contragolpes!”. O docente da UFSC prefere dizer que a burguesia decretou “guerra” ao povo brasileiro, levando ao fracasso as políticas públicas criadas pelos governos do PT. “A época do ‘Bolsa Família’ e do ‘Minha Casa, Minha Vida’ é peça de museu, quando não ideologia pura. A burguesia veio com tudo. Nós teremos que responder no mesmo tom”.

Na sua avaliação, o Brasil não vive uma crise fiscal, mas uma “crise financeira do Estado, resultado do megaendividamento público realizado pelo Plano Real (FHC, Lula, Dilma e Temer) que não pode ser solucionado nos marcos da política fiscal”. Ele reconhece, contudo, que há “obviamente um problema fiscal”, porque no Brasil os ricos não pagam impostos. “Isenções e renúncias fiscais criadas por Lula e Dilma e mantidas por Temer alcançaram mais de R\$ 400 bilhões no ano passado. Ora, o déficit produzido por Temer é de R\$ 170 bilhões. Mixaria, entende? Um keynesiano com duas moléculas de honestidade ficaria feliz com déficit tão pequeno. As classes dominantes magnificam o fenômeno para justificar ideologicamente a austeridade permanente contra o povo. É a

guerra de classes contra nós”.

Exemplo disso é a PEC 287, definida por Denise Gentil, especialista em questões previdenciárias, como “mais aterrorizante que o pior de nossos pesadelos”, pelo grau de violência social que representa. “Vai atingir fortemente a renda dos mais pobres entre os mais pobres, como aqueles que recebem o BPC [Benefício de Prestação Continuada], os trabalhadores rurais, os cônjuges que recebem pensões, os que perdem a capacidade de trabalho por invalidez e os que trabalham em ambientes insalubres e sujeitos a doenças. É inacreditável o tamanho da arrogância dessa proposta, sua brutalidade”. No entender da professora da UFRJ, há que combatê-la: “Há chances de derrotá-la? Eu não me faço essa pergunta. Simplesmente luto contra, até o fim”.

A propósito de narrativas enviadas, a professora da UFRJ contesta o discurso martelado pela mídia, generosamente contemplada com verbas publicitárias federais: “O déficit da Previdência é um argumento tecnicamente incorreto se a CF for a referência para definir as fontes de receita e despesa do sistema previdenciário. Como é a CF que deve pautar o orçamento público, falar de déficit da Previdência vira uma construção ideológica, uma arma de luta política dos grupos hege-

mônicos que dominam o mercado financeiro e o Congresso Nacional. Não posso tomar outra posição senão a defesa do que diz a Constituição Federal e, como cidadã, exigir seu cumprimento”, diz.

“No artigo 195 da CF está claramente dito que a Seguridade Social é financiada por várias fontes de recursos, como a contribuição dos empregadores e trabalhadores (contribuição previdenciária ao INSS), a Cofins (inclusive sobre importações), a CSSL, o PIS/Pasep e a receita de concursos de prognósticos”.

**Imobilismo.** Voltando a Laymert: “Se pensarmos na perspectiva histórica, perceberemos que efetivamente é uma narrativa de criminosos, um coro de bandidos *hard e soft* que faz com a lei o que bem entende. Quem entendeu isso perfeitamente foram os brilhantes advogados de Lula, que estão escrevendo efetivamente a História deste período ao apontarem implacavelmente todas as safadezas do Judiciário, avalista do golpe. Boa parte da esquerda está confusa, também desentendida — faltam-lhe os meios para romper o imobilismo em que se encontra, inclusive a lucidez sobre o momento histórico”.

O caos e a convulsão social já se instalaram na sociedade brasileira, “só não vê quem não quer”, adverte o docente do IFCH. “No Estado de Exceção não há lei — há o Império do Crime. Já vimos esse filme na derrocada da República de Weimar, com as instituições desmoronando, a criminalidade campeando, o desemprego desesperando a população alemã, a economia ruindo e o Judiciário violando a Constituição e preparando o terreno para o fascismo. Todos esses requisitos já estão explodindo na nossa cara”.

Desse modo, assinala, o Brasil está deixando de ser uma nação. “Infelizmente a barbárie é crescente — a degola dos presos e os assassinatos no Espírito Santo são o emblema sinistro do que nos espera em termos de *des-convívio* social. A regressão, para nós inimaginável até então, parece não ter fim. A elite brasileira mostrou que não é elite, nem brasileira. Ela aposta no pior... esperando levar a melhor”.

Nildo, por sua vez, demonstra cauteloso otimismo: “A guerra de classes declarada pela burguesia e instrumentalizada por Temer terá resposta dos trabalhadores. Ocorre que a regressão intelectual e política dos sindicatos e seus ‘dirigentes’ nestes últimos treze anos é enorme. É preciso recuperar a

consciência de classe e perceber que a supressão da Previdência, o fim da CLT, o congelamento dos gastos correntes (não financeiros) por vinte anos é a maior agressão aos trabalhadores após a Ditadura”. Assim, “será preciso um grande desastre — já temos 14 milhões de desempregados e 83% da PEA ganham até 3 salários mínimos — para a radicalidade aparecer novamente”. A conjuntura ácida cria, desse modo, “a oportunidade de um novo radicalismo político, sem as ilusões petistas da caridade cristã; este radicalismo somente será possível se tiver compromisso socialista”.

Na sua opinião, a situação do Brasil é a pior entre os países da região que viveram experiências de governos progressistas, em que pesem os reveses eleitorais do kirchnerismo e do chavismo. “Perder uma eleição não diz tudo. Na Venezuela os bolivarianos perderam as eleições e ainda mantêm alto nível de combatividade, consciência e organização. Na Argentina, a derrota de Cristina [Kirchner] não sedimentou [Maurício] Macri; ao contrário, nem o noticiário brasileiro (especialmente Globo) quer mencionar algo sobre o país vizinho, porque a economia despencou”.

No Equador, o candidato Lenín Moreno, apoiado pelo presidente Rafael Correa, “vai muito bem”, e na Bolívia “a situação de Evo Morales é confortável”, avalia Nildo. “O Brasil é o mais atrasado precisamente porque o lulismo produziu efeitos perversos em termos de consciência e organização que agora são ainda mais claros mesmo para os petistas devotos, animados com as pesquisas que indicam Lula em primeiro lugar para 2018. Está em curso a reconstrução da esquerda após as limitações (Equador) e mesmo fracassos (Brasil) da ‘esquerda responsável’ que tivemos até agora. Vivemos um novo tempo”.

Uma solução para a crise financeira exigiria, no seu entender, “a eutanásia do rentismo”, isto é: auditoria da dívida pública e renúncia de parte substancial dela. “Há algo essencial aqui: esqueçam a burguesia industrial paulista! Ela está definhando de tal forma que a categoria da renda da terra passou a ser decisiva no desenvolvimento capitalista brasileiro. Agora o bordão televisivo da Globo indica o futuro: ‘o agro é *tech*, o agro é *pop*, o agro é tudo’. Assim, o assalto ao Estado via dívida pública é decisivo como estratégia de acumulação para todas as frações do capital. Todas!”.

**Dialética.** Tornar viável qualquer governo de esquerda implicaria, agora, para Nildo, “articular políticas públicas com reformas muito profundas”, a saber: agrária, urbana, auditoria da dívida etc. “É o tempo, portanto, da Revolução Brasileira! A dialética entre política pública, reforma e revolução foi atualizada, finalmente, pela classe dominante, quando decretou a guerra de classes contra nós. Agora, pela primeira vez após a Ditadura, abriu-se o espaço histórico para a emergência de um novo radicalismo de esquerda”.

Na visão de Leda, o rentismo é uma marca do capitalismo brasileiro. “*Avant la lettre*, com sua política de juros reais absurdamente elevados, seja em governos de direita ou de esquerda, o Brasil foi efetivando, a partir dos anos 1990, o caminho que parece hoje estar sendo trilhado por todo o sistema. Os golpistas não inventaram o rentismo, mas vão cevá-lo ainda mais. Numa conjuntura de crise, a disputa pelos fundos públicos se acirra e não é preciso ser muito esperto para saber o que um governo de direita, ultraliberal, escolherá ao ter de optar entre direitos sociais e garantia de renda à riqueza financeira”. As recentes quedas da taxa de juros patrocinadas pelo Banco Central nada significam em termos reais, pois “a queda abrupta das expectativas de inflação faz o juro real ser maior agora do que antes”.

Ainda quanto à prevalência do rentismo: a PEC 287, aponta Denise Gentil, permite que a Previdência Complementar não seja mais necessariamente gerida por entidades fechadas de natureza pública. Faculta o gerenciamento por entidades abertas de previdência privada, como bancos e seguradoras. “O lobby do sistema bancário foi o grande articulador da proposta e, mesmo sem ainda estar aprovada, já obteve uma enorme expansão de suas carteiras de Previdência complementar”, registra a professora da UFRJ.

O neoliberalismo está em crise no mundo “e muitas de suas prescrições estão sendo questionadas mesmo por instituições como FMI e BID”, observa Leda Paulani. Todavia, no Brasil, “de forma extemporânea, os golpistas resgataram o projeto completamente neoliberal, que estava em marcha nos governos de FHC, para concluí-lo”. É bem verdade que a política econômica dos governos petistas deu continuidade à de FHC, “em par-

ticular no que diz respeito à devoção ao chamado tripé macroeconômico (superávits primários, câmbio flutuante e metas de inflação) e à dupla juro extremamente elevado/real muito valorizado”. No entanto, o projeto neoliberal posto em marcha nos anos tucanos foi deixado “inconcluso” pelos governos Lula e Dilma, graças a diversos fatores: o peso dado às políticas sociais; o fato de terem “de certa forma brecado o processo de privatização”; a mudança no regime de concessão do petróleo; e, *last but not least*, a autônoma política externa, que deu “enorme força à criação do BRICS”.

Privatizar a Previdência Social sempre foi prioridade do programa neoliberal, no país e no exterior. Denise faz lembrar que há inúmeras razões pelas quais a CF de 1988 é alvo dos ataques do governo Temer e aliados.

“É importante ressaltar que a CF de 1988, no mesmo artigo 195, também diz que a Seguridade Social será financiada através recursos provenientes do orçamento da União, além das contribuições sociais que já mencionei. Ou seja: se um dia a Seguridade Social for deficitária — até 2015 não foi, mas poderá ser em 2016 — o governo deve entrar com recursos do orçamento fiscal para cobrir a garantia de direitos básicos da cidadania”, assevera a professora. “O sistema foi criado com uma estrutura de financiamento muito sólida. As investidas liberais-privatizantes não conseguiram, pelo menos até o momento, viabilizar econômica e politicamente sua alteração”.

Assim, quando se leva em conta essa estrutura de receita e dela se deduz tudo o que é gasto nos setores de saúde, assistência social e previdência social, há superávit — que chegou, em 2015, a R\$ 11,3 bilhões. “O maior superávit ocorreu em 2007: R\$ 127,9 bilhões, medido a preços de 2015. O governo tem se empenhado em destruir o resultado superavitário concedendo renúncias de receitas de contribuições sociais, deixando a sonegação avançar e praticando a desvinculação das receitas da Seguridade Social”, relata Denise. “Mas o que mais atinge a Previdência Social é a política macroeconômica deliberadamente recessiva praticada pelo governo, que em 2016 vai deixar um saldo de números que apontam para uma depressão — PIB: -4,5%, produção industrial: -6,6%, taxa de desemprego: 12% e renda real do trabalho: -3%”.

# UERJ e Unesp, duas estaduais em crise salarial

“A situação é calamitosa. Os prédios se encontram em total abandono. Estudantes com bolsas de estudo atrasadas e com o restaurante universitário fechado. Professores contratados com salários atrasados. As firmas terceirizadas abandonam a universidade alegando não pagamento do governo. Os docentes, há mais de 15 anos sem reajuste, agora convivem com salários atrasados e parcelados. Se não bastasse, o governo ameaça com redução salarial através do aumento da contribuição previdenciária do servidor para 14%”.

A instituição de ensino superior retratada nesse dramático relato é a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), castigada pela irresponsabilidade criminosa dos governos de Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão, ambos do PMDB. O autor do relato é o professor Guilherme Vargues, diretor da Associação dos Docentes (Asduerj), que acrescenta: “Os docentes aposentados tem passado enorme dificuldade, com salários atrasados e sem a incorporação do adicional de Dedicção Exclusiva ao vencimento básico, o que implica enorme redução do salário de quem se aposenta”.

Nesse momento não existem canais de negociação abertos pelo governo, nem pela Assembléia Legislativa (Alerj). “Os servidores têm sido violentamente reprimidos pela tropa de choque. O governo e a Alerj têm forçado a aprovação do pacote [de ajuste fiscal] a qualquer custo. O que os está atrapalhando é a resistência do servidor público, que tem tomado as ruas em defesa de seus direitos. Hoje a Uerj se mobiliza e resiste em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, mas também por democracia, respeito à coisa pública e aos direitos dos trabalhadores”.

**Farra das isenções.** Cedendo à pressão do governo federal, Pezão decidiu privatizar a Cedae, empresa de água e esgotos. “O Rio de Janeiro quebrou devido à orientação política dada pelo PMDB. Entre outros elementos, podemos citar: a farra das isenções fiscais, o total descompromisso com a coisa pública, as relações absurdamente imorais com empreiteiras e outras empresas. Aí, o

governo quer cobrar da população a crise que ele produziu. Além da Uerj, a Uenf, a Uezo e a Faetec agonizam”, explica o professor Vargues, referindo-se às demais instituições estaduais de ensino superior. “Milhares de pessoas que perderam suas casas e recebiam o aluguel social estão sem o auxílio. Os hospitais estaduais em estado de penúria”, continua. “O Rio de Janeiro vive uma de suas maiores crises e sua saída não está em mais austeridade e privatizações. Os responsáveis pela crise devem responder por suas leviandades numa consulta à população”.

Reunidos em assembleia em 15/2, os docentes decidiram manter “estado de greve”, bem como a participação nos atos em defesa dos servidores e contra a privatização da Cedae (que acabou aprovada pela Alerj em 20/2). “Um outro dado interessante foi a adesão da Asduerj à Plenária dos Atingidos pela Crise. Essa plenária, que conta com outros movimentos, tem como objetivo ampliar o debate sobre a crise para além dos servidores públicos. Milhões de pessoas são atingidas pelas irresponsabilidades deste governo, a maior vítima da crise é a população”, afirma Guilherme.

“Um detalhe importante é que a Reitoria manteve a suspensão das aulas até que sejam resolvidos os problemas relativos ao custeio da universidade e ao pagamento dos servidores. Em meio a esse cenário repleto de dificuldades um elemento fundamental tem sido a forte mobilização dos docentes, técnicos e estudantes em defesa de uma das principais universidades deste país. Hoje a palavra de ordem dentro do *campus* universitário é *Uerj Resiste!*”

**Unesp sem os 3%.** Em São Paulo, docentes e funcionários técnico-administrativos da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) encontram-se há quase dois anos sem reajuste salarial. Sequer foi aplicado à folha o reajuste de 3% concedido pelo Cruesp em 2016 (bem inferior à inflação do período). “É uma situação histórica que a gente não vivia há muito tempo. Foi a primeira greve derrotada que tivemos dentro da Unesp nos últi-

mos anos”, explica a professora Sueli Guadalupe de Lima Mendonça, da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. “Isso quebrou formalmente a isonomia entre as universidades estaduais paulistas. Mesmo sendo um reajuste pequeno, é um precedente muito grave, que abre brechas para que novos fatos como esse aconteçam com mais tranquilidade por parte dos reitores”, adverte Sueli, ex-diretora da Associação dos Docentes (Adunesp).

Em audiência recente com a direção da Adunesp, o novo reitor, Sandro Valentini, disse estar trabalhando na perspectiva de pagar os 3%. “Vale lembrar que ele é o novo presidente do Cruesp e durante a campanha se comprometeu a fazer ações no sentido de manter a isonomia entre as três universidades e fazer com que o Cruesp tenha um papel que realmente vá além de determinar o reajuste salarial dos seus trabalhadores”, observa a professora.

Apesar disso, no seu entender a nova gestão da Reitoria da Unesp não representa ruptura com a anterior. “A nova gestão foi eleita numa situação de ausência da paridade. Se houvesse paridade, a chapa Novos Caminhos para a Unesp, que teve 8.612 votos, é que seria eleita. Mas como não há paridade, a chapa do professor Sandro, que obteve 5.678 votos, foi a eleita e escolhida pelo [governador] Alckmin. O professor Sandro sempre se colocou numa posição de oposição; porém, nos últimos anos, ele fazia parte do próprio grupo de apoio do professor [Julio] Durigan. Pelo que foi dito e apresentado durante a campanha eleitoral, não vemos grandes mudanças”.

Sueli acredita que a Reitoria precisa tomar providências para superar a crise de financiamento: “Vemos que, se não houver medidas importantes de busca de suplementação de verbas para a universidade, a Unesp não conseguirá se manter diante do grau de esgotamento que chegamos hoje. O estrangulamento do financiamento das universidades hoje, especialmente na Unesp, chegou a um limite. Vai acontecer algum fato novo: ou se supera essa situação com uma suplementação de verba vinda do financiamento pú-

blico; ou teremos perdas irreversíveis no que diz respeito a todo o trabalho que a universidade desenvolve”.

**Faltam docentes.** Um problema grave é o déficit de professores. Há necessidade de contratação de 500 a 600 docentes em regime de dedicação exclusiva (RDIDP). “Há muito tempo há déficit de docentes dentro da Unesp. Temos uma política deliberada de professor substituto, que foi um paliativo criado há muitos anos para fazer uma transição de uma situação de crise, virando uma medida rotineira da universidade, precarizando ainda mais o ensino”, denuncia Sueli. “Por outro lado, a crise econômica tem abatido até os substitutos. Sem os professores substitutos a gente não teria como dar conta, dentro da nossa jornada, de assumir o trabalho destinado à carga horária de graduação e de ensino que os substitutos desenvolvem. A crise tem agudizado ainda mais a precarização do trabalho docente, chegando ao cúmulo de a gente reivindicar substitutos para evitar mais precarização. É uma contradição dentro da atual conjuntura”.

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) da Unesp é outro foco de insatisfação da categoria docente. “Ter uma comissão de avaliação docente diretamente ligada ao reitor desperta insegurança na categoria. O movimento docente, como um todo, tem defendido que a CPA esteja vinculada ao CEP [Comitê de Ética e Pesquisa], que é o órgão que cuida diretamente das questões referentes ao trabalho docente”.

Por outro lado, um fórum das grandes áreas do conhecimento, que avaliou o trabalho docente na Unesp, “chegou a propostas muito interessantes sobre avaliação, que apontavam para uma avaliação do departamento, precedida de uma discussão de um plano diretor departamental”. Mas quando os resultados do fórum foram levados ao CEP, este comitê não os acatou: “Era uma direção muito crítica às planilhas que pontuavam numericamente atividades que são complexas e que apontam na direção da avaliação institucional”.

# A quem interessa a reforma do Ensino Médio do governo Temer?

Foi surpreendente para os professores e professoras do Brasil a apresentação de uma reforma de ensino por meio de Medida Provisória (MP 746) pelo atual governo. Não bastasse isso, incomum até na Ditadura civil-militar de 1964/85, os prazos foram reduzidos para uma aprovação célere. Sabemos que nenhuma reforma de ensino consegue ser bem sucedida se não houver debates, leituras e tempo de reflexão para eventual mudança de práticas e perspectivas.

O que estava acontecendo com o ensino médio para que tal mudança se apresentasse como indiscutível, necessária e inadiável? Aparentemente nada, pois as evidências alardeadas para a repentina pressa são conhecidas há anos: o desempenho insatisfatório dos concluintes em avaliações nacionais padronizadas. Na verdade, não seria mais lógico abrir esse processo de mudanças após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em discussão, e que pode ainda sofrer alterações por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE) — que tem por função essa elaboração — e cujo calendário oficial prevê até o final do ano de 2017 para finalização? Assim, o texto aprovado, que toma a BNCC como pré-requisito para estabelecer certas exigências, curiosamente, teve que citar essa Base sempre no tempo verbal futuro.

Na realidade, a reforma aprovada, Lei nº 13.415/2017, modifica seis artigos importantes (artigos 24; 26; 36; 44; 61 e 62) da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96) e ainda introduz um novo artigo (35-A). Retira, pois, na prática, a eficácia de normas legais existentes que fortalecem a formação humana integral, a valorização dos profissionais da educação e, em especial, a autonomia pedagógica das unidades escolares. Contrária, na essência, o que está disposto no artigo 12 da própria LDB, e que tem feito a diferença na qualidade da educação, por exemplo, na Finlândia, de que “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: **I - elaborar e executar sua proposta pedagógica.**”

A principal modificação feita na LDB, por meio da Lei 13.415,

refere-se ao *caput* do seu artigo 36, que passa a apresentar o seguinte teor: “O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a **possibilidade dos sistemas de ensino**, a saber: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional.”

O novo artigo introduzido pelo Senado (35-A) contém uma afirmação inusitada, em seu §5º: “A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular **não poderá ser superior a mil e oitocentas horas** do total da carga horária do ensino médio, de **acordo com a definição dos sistemas de ensino.**” A carga horária atual deverá ser ampliada para 3 mil horas, mas considerando que a meta da Lei é atingir 4.200 horas de aula, ao longo dos três anos do ensino médio, resulta, então, que a carga relacionada à BNCC não poderá ocupar mais de 43% desse total. Na prática isso pode significar que algumas matérias com déficit de professores já estabelecido há algum tempo — por exemplo, Física e Química — apenas estarão representadas em uma pequena fração das horas totais atribuídas ao *novo ensino médio*!

Que futuro pode esperar-se para uma nação que opta por esse tipo de caminho formativo para a maioria de sua juventude, alijada de um contato com o conhecimento essencial para a compreensão do mundo atual?

**Único itinerário.** O problema maior é o engodo que foi aplicado à sociedade, em particular à sua parcela jovem. Engana-se quem julga que as cinco opções, descritas no modificado artigo 36 da LDB, são verdadeiras. Não há, na Lei, nenhuma disposição quanto à oferta simultânea de quaisquer delas pelas escolas e nem mesmo pelas redes públicas. É possível prever que, dadas as poucas possibilidades da maioria dos sistemas, estes acabem optando por **um único itinerário formativo**, ou seja, aquele que, ao

mesmo tempo, tenha menores custos permanentes e corresponda às qualificações dos professores da respectiva rede, até em função da Emenda Constitucional nº 55, recém aprovada, que impede o aumento de gastos com pessoal e limita os investimentos em diversas áreas.

Por óbvio, é de se supor que as escolas particulares de elite, que atendem menos de 10% da população nesta faixa etária, farão opções mais condizentes para uma educação abrangente e isso ampliará o fosso, já existente no país, entre ricos e pobres quanto às oportunidades de desenvolvimento intelectual.

Há na lei da reforma do ensino médio outro aspecto grave por suas consequências. Está sendo retomada uma visão reducionista no itinerário formativo “formação técnica e profissional” como opção dual dentro do ensino médio. Ainda mais, o itinerário “formação técnica e profissional” poderá ser ofertado por meio de parceria com o setor privado e o sistema de ensino se servirá de recurso público do Fundeb para isso!

Outra questão que altera bastante a concepção de currículo de formação básica dos jovens refere-se a que Educação Física, Sociologia, Filosofia e Arte são propostas como “estudos e práticas” e, portanto, seus conteúdos poderão ser ensinados diluídos em outras disciplinas e não mais como componentes curriculares.

No mundo atual é de se estranhar a obrigatoriedade exclusiva do inglês a partir da 6ª série do ensino fundamental. Outras línguas estrangeiras são apenas permitidas como optativas, sendo citado o espanhol como possibilidade.

**Qualificação docente.** A Lei 13.415 introduz uma medida desastrosa: abre a possibilidade de pessoas não formadas assumirem funções docentes. Apesar de a lei explicitar que essas autorizações se restringem ao percurso formativo V (formação profissional e técnica), aliados políticos do governo federal nos Estados já vêm apresentando projetos de lei com a finalidade de superar essa restrição. Além disso, já foi providenciada, na própria Lei, abertura para que, segundo velhos hábitos brasileiros, **qualquer profissional graduado,**

**apenas com uma complementação pedagógica, possa assumir aulas no novo ensino médio** (conforme novo inciso V, no artigo 61 da LDB)!

Por fim, outro aspecto grave da Lei, este com repercussões na educação superior, diz respeito à formação do magistério. A Lei, ultrapassando seus limites e ferindo a autonomia das universidades brasileiras, dispôs (§8º do artigo 62 da LDB modificada): “Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular.” Ora, essa é uma concepção de formação docente reducionista e pretende “enquadrar” os professores para somente “aprenderem” a dar aulas sobre o conteúdo que o MEC determinar. Essa concepção já foi adotada por membros do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, em especial, por conselheiras que hoje atuam no MEC; na ocasião tentaram impô-la e vetaram 13 cursos de licenciatura da USP, e tantos outros da Unesp e da Unicamp. Felizmente, a Constituição Federal de 1988, ainda que retalhada, garante nosso direito de propor com autonomia pedagógica os diferentes cursos das universidades públicas de São Paulo.

É urgente conhecer, discutir e combater os retrocessos que essa legislação poderá trazer para o Ensino Médio brasileiro.

**Licenciaturas das Universidades: é preciso ação para breçar as consequências dessas alterações na LDB!**

**Leia também as seguintes matérias publicadas exclusivamente no site da Adusp:**

**TJ rejeita recursos da USP na ação da URV em <http://bit.ly/2lN8q0a>**

**Juiz rejeita ação de Cerri contra Adusp e jornalistas por supostos danos morais em <http://bit.ly/2mfr81z>**

# Reações ao corte no orçamento da Fapesp

O corte de 11% ou R\$ 120 milhões no orçamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o concomitante remanejamento desses recursos para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI), ordenados pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB) e aprovados pela Assembleia Legislativa (Alesp) sem qualquer debate, em 21/12/2016, na forma de emenda à Lei Orçamentária Anual (LOA 2017), indignou a comunidade universitária e setores ligados às instituições públicas de pesquisa. A reação foi forte e se deu independentemente de coloração político-ideológica.

O Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) 2017 destinava à Fapesp R\$ 1,116 bilhão, valor correspondente a 1% da receita tributária do Estado. Uma emenda de última hora proposta pelo líder do governo na Alesp, deputado Cauê Macris (PSDB), reduziu esse valor para R\$ 996 milhões (0,89% da receita), ao mesmo tempo em que alocou na SDECTI os R\$ 120 milhões cortados, destinando-os à “modernização” dos institutos estaduais de pesquisa. A emenda recebeu 64 votos e, em 29/12/2016, foi sancionada pelo governador.

Desde que teve início, o repasse anual à Fapesp de 1% da receita tributária do Estado, determinado pela Constituição Estadual de 1989, sempre foi respeitado por sucessivos governos. Alckmin, porém, já havia manifestado seu desejo de quebrar a vinculação orçamentária de 1%.

Diversos pesquisadores criticaram a medida, por meio de artigos e manifestos. Colegiados da USP e da Unicamp protestaram. Timidamente, e tratando de poupar o governador, a própria direção da Fapesp (<http://bit.ly/2m1CJ4j>) e o Conselho de Reitores (Cruesp) (<http://bit.ly/2l0KT8W>) pronunciaram-se contra o corte. Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* juntaram-se aos críticos.

Diante da reação generalizada, o governo ensaiou um recuo. Montou-se uma reunião em 26/1/17 entre o presidente da Fapesp, José Goldemberg, o vice-governador e titular da SDECTI, Márcio França (PSB), e dirigentes

dos institutos estaduais de pesquisa. Resultou da reunião um “acordo” mediante o qual a verba de R\$ 120 milhões retornaria à Fapesp, desde que fosse reservada para investimento nos institutos.

**Reações.** Uma das respostas mais enérgicas tanto ao corte no orçamento como ao suposto “acordo” foi a carta “Em defesa da Fapesp” (<http://bit.ly/2jrTEw2>), divulgada em 30/1/2017 pelo jornalista Herton Escobar e assinada por mais de 150 professores e pesquisadores. A maioria deles pertence a unidades da USP: IB, ICB, IF, IQ, IFSC, Cebimar, CENA, FCFRP, FMRP, FEARP, Esalq. Também a subscrevem docentes da Unicamp e pesquisadores do Instituto Butantã.

“Há algumas semanas fomos surpreendidos com uma emenda na lei orçamentária do Estado de São Paulo para 2017, aprovada pela Alesp e sancionada pelo governador, reduzindo o valor do repasse do Tesouro para a Fapesp. O valor previsto é inferior ao mínimo de 1% da receita tributária determinado pelo artigo 271 da Constituição Estadual, alocando R\$ 120 milhões a menos”, inicia a carta, acrescentando que a quantidade retirada à fundação seria alocada na SDECTI, “cujo secretário é o atual vice-governador, para aplicar na recuperação de infraestrutura dos institutos de pesquisa do Estado”. Acrescenta que o acordo anunciado em 26/1/17, em “resposta à pressão da comunidade”, “parece indicar um recuo do governo, ao prever que a destinação das verbas para os institutos passaria por análise de mérito pela Fapesp”, mas adverte: “Não ficou claro se os recursos seriam repassados ao orçamento da Fapesp ou se a Fapesp simplesmente opinaria sobre sua destinação final”.

O documento prossegue com uma série de críticas: “O vice-governador indicou que um processo de julgamento à parte como esse, com reserva de recursos apenas para poucas instituições, inédito em toda a história da Fapesp, poderia se tornar permanente”.

“Ainda, o acordo estabelecido essencialmente oferece ‘cotas’ aos institutos de pesquisa, em que es-

ses podem pleitear verbas Fapesp sem concorrer com demais projetos no Estado. Como o índice de aprovação de projetos desses institutos na Fapesp (~40%) é igual ao das demais instituições, fica claro que não é esse o problema [...] o que falta são novas contratações nesses institutos”, as quais “não são da alçada da Fapesp”.

O acordo anunciado, prossegue a carta, “prevê uma indevida ingerência na administração dos recursos, vedada pela Constituição, ao forçar a Fapesp a reservar uma porcentagem significativa do orçamento para um setor específico através de uma manobra política. [...] Não há outra solução para o impasse senão o absoluto respeito à Constituição do Estado. O Tesouro deve repassar o valor devido e a autonomia completa da Fapesp não pode ser colocada em xeque”.

Entre os signatários estão os professores Glaucius Oliva (IFSC), ex-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Luiz Henrique Catalani e Gilberto Fernando Xavier, respectivamente diretores do IQ e do IB, a ex-pró-reitora de Pesquisa (2005-2009) Mayana Zatz (IB) e o professor Marcos Buckenridge (IB), presidente da Academia de Ciências do Estado de São Paulo.

“Temos que ficar atentos, pois se a USP é o que é e atingiu o nível de excelência e credibilidade que hoje possui, sem dúvida a Fapesp tem um papel fundamental garantindo expressivos recursos à USP, seja diretamente para a pesquisa ou como suporte, como o período do Infraestrutura Fapesp ou pelo emprego da Reserva Técnica institucional”, declarou ao *Informativo Adusp* outro signatário, o professor Marcelo Pompêo (IB).

“Além disso, se os institutos de pesquisa do Estado necessitam de recursos isso é fruto de uma política de longo prazo que não permitiu a correta manutenção de suas estruturas, mas principalmente a recomposição do quadro de pesquisadores, o que compromete a função do próprio Estado”, observou o docente.

Tais considerações sobre os institutos de pesquisa do Estado coincidem com o entendimento da

Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APQC), expresso no dia 2/2/2017 em nota assinada por seu presidente, Joaquim Adelino Azevedo Filho: “As evidências demonstram que ao privilegiar o investimento dos recursos financeiros somente na infraestrutura, em detrimento da força de trabalho e dos recursos humanos necessários ao fortalecimento do Sistema Paulista de Ciência, Tecnologia e Inovação, nada mudará nesse cenário perverso e obscuro que perdura há décadas no Estado de São Paulo”.

Assim, a manobra orçamentária teria como objetivo “melhorar a aparência de algumas unidades, de modo a atrair a iniciativa privada para parceria ou até mesmo para concessão à iniciativa privada”. A APQC reafirma que “o problema crucial dos institutos de pesquisa são os recursos humanos”, e só pode ser resolvido “com uma atitude responsável do governo do Estado”.

**Ataque à Fapesp.** O primeiro ataque de Alckmin à Fapesp, em abril de 2016, foi verbal e se deu durante uma reunião do seu secretariado. “Gastam dinheiro com pesquisas acadêmicas sem nenhuma utilidade prática para a sociedade. Apoiar a pesquisa para a elaboração da vacina contra a dengue, eles não apoiam. O Butantã sem dinheiro para nada. E a Fapesp quer apoiar projetos de sociologia ou projetos acadêmicos sem nenhuma relevância”, afirmou o governador, segundo relato da *Veja.com* (25/4/2016). Ele teria defendido também o fim da vinculação orçamentária: “A Fapesp tem 1% do orçamento. Tem mais de R\$ 800 milhões em conta. E o Butantã sem dinheiro para fazer vacina”.

O *Informativo Adusp* enviou, em 31/1/17, e-mail à assessoria de imprensa da Fapesp, com perguntas relativas ao corte no orçamento da instituição, e entrou em contato por telefone, por três vezes. A assessoria informou que as perguntas seriam encaminhadas ao presidente da fundação, que as responderia por meio de contato telefônico, previamente agendado. Até o momento, contudo, este agendamento não ocorreu.

**Assembleia Geral da Adusp**  
6/3, segunda-feira, 17h, Auditório Adma Jafet (IF)

Pauta do CO de 7/3 (“Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP” e outros ataques da Reitoria - <http://bit.ly/2lM9G45>)  
Indicativo de paralisação em 7/3 e ato em frente ao CO